

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES



Proposta defende autonomia da autoridade monetária

Servidores fazem campanha para defender PEC do BC

Auditores do Banco Central decidiram que se mobilizarão em defesa do avanço da PEC que amplia a autonomia da instituição, em tramitação inicial no Congresso Nacional.

De acordo com eles, a Operação Segurança (SOS) é uma resposta ao que classificam como riscos crescentes que ameaçam a adequada prestação de serviços pela autoridade monetária. Para os audito-

res, a ausência de autonomia administrativa, financeira e orçamentária do BC “promoveu um processo gradual de desmonte e fragilização ao longo da última década, culminando no atual estado de severa deterioração estrutural”.

Para funcionários, o eventual avanço da PEC representaria uma solução estrutural para compatibilizar o arcabouço da instituição.

Tramitação

Eles acreditam que a paralisa da tramitação da proposição coloca em xeque o adequado cumprimento da missão do BC e o desenvolvimento tempestivo de projetos essenciais para o país, como o Pix parcelado e aperfeiçoamentos na regulamentação do crédito.

Parada na CCJ

A inércia da tramitação da PEC, há quase dois anos parada na CCJ do Senado é preocupante. Em maio, o presidente Gabriel Galípolo promoveu encontro com o relator, o autor e o presidente da CCJ se comprometeu a enviar sugestões em 10 dias, o que não ocorreu, diz o sindicato.



Tocantins: servidores com 10 anos ganham R\$ 2 mil

No Tocantins, servidores recebem menos de R\$ 2 mil

Na semana que o Correio da Manhã mostrou a disparidade de salários entre homens e mulheres no serviço público federal, o Sindicato dos Servidores Públicos do Tocantins (Sisepe) mostra um outro problema: salários abaixo de R\$ 2 mil. Conforme o presidente da entidade, Elizeu Oliveira, há funcionários públicos oriundos do concurso de 2012 que

ainda recebem abaixo dos R\$ 2 mil. O salário mínimo atual é de R\$ 1.518,00.

“Recebi três motoristas concursados. Eles têm diárias de R\$ 180 para viajar, mas que praticamente sempre recebem atrasados. O salário de um deles, após os descontos obrigatórios, fica em exatos R\$ 1.518. É um funcionário que faz parte do Quadro Estadual desde 2013”, diz.

Alojamentos na sede em Palmas

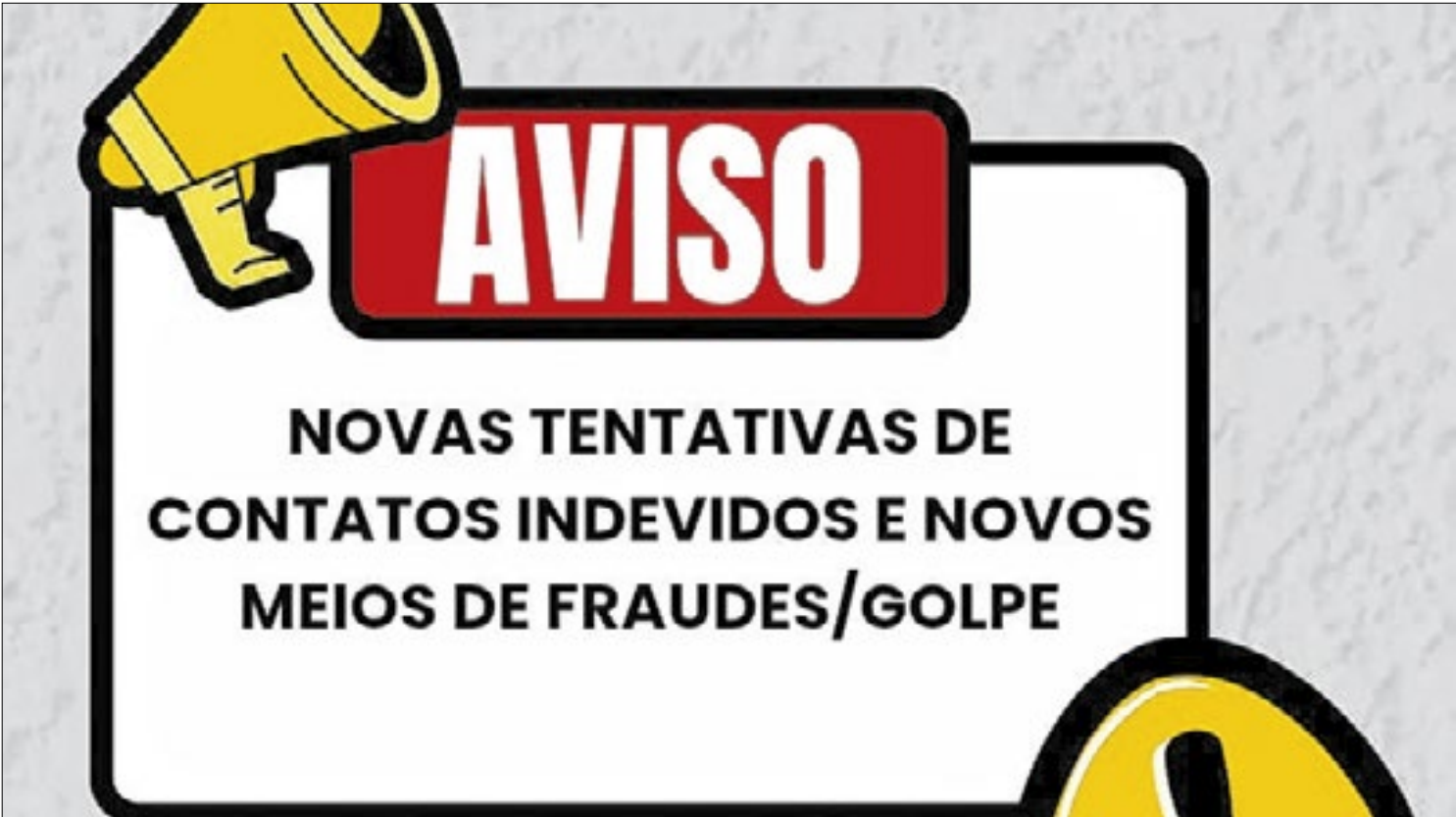
O presidente do sindicato ressaltou que é justamente devido a esta realidade que o Sisepe investiu em alojamentos nas sedes regionais e agora constrói hospedagem em Palmas. “Infelizmente, nós temos outros vários servidores de nível fundamental da-

quele último concurso com salários abaixo de R\$ 2 mil. Governos passaram, mas nunca se olhou com carinho de verdade para estas pessoas. E o pior que outros tantos colegas efetivos daquele certame de nível médio também possuem salários baixos”.

Mortos com pagamento em dia

Auditoria interna realizada pela Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, no Grande Recife, identificou que ao menos três funcionários que já tinham morrido — um deles há dois anos — continuavam registrados como ativos, recebendo salários ou be-

nefícios normalmente. Os casos foram identificados durante processo de recadastramento de servidores realizado pela Secretaria de Administração e Recursos Humanos para atualizar o sistema de controle interno da folha de pagamento.



Alerta do SindiReceita sobre tentativas de golpes está na página do sindicato na internet

Falsários tentam ludibriar filiados ao SindiReceita

De posse de dados públicos, estelionatários fazem contato pedindo dinheiro para ‘custas’

Por Martha Imenes

Os golpistas não livram a cara de ninguém. Dessa vez as vítimas são os servidores filiados ao Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (SindiReceita), que são beneficiários de ações coletivas e de cumprimentos de sentença, estão sendo abordados por advogados, escritórios e associações para pagar “custas” ou dar entrada em ação, que já está em curso.

Tal ação de estelionatários vêm gerando insegurança e dúvidas, o que motivou a Diretoria de Assuntos Jurídicos (DAJ) a apresentar os seguintes esclarecimentos:

“É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representa-

tiva de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município”.

Inclusive pontua o SindiReceita: o Supremo Tribunal Federal já decidiu que o “princípio da unicidade sindical, previsto no art. 8º, II, da CF, é a mais importante das limitações constitucionais à liberdade sindical” e é, assim, amparado na ordem constitucional que o SindiReceita tem trabalhado em favor da categoria dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (ativos e aposentados) e seus pensionistas, há mais de 33 anos.

Uma das dúvidas dos filiados ao sindicato é sobre o acesso aos dados, como estão sendo

obtidas as informações de beneficiários de ações.

Dados são públicos

A diretoria explica que observa e cumpre com rigor as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) e adota todos os procedimentos para a proteção dos dados dos filiados e impedir eventuais vazamentos.

Contudo, é importante destacar que os processos judiciais, em regra geral, por lei, são públicos e os dados pessoais dos filiados ao SindiReceita estão nesses processos, o que propicia o acesso de terceiros, por vezes utilizando da publicidade, imposta pela lei aos feitos judiciais, para terem acesso aos dados pessoais de filiados e, assim, promoverem as abordagens indevidas por pessoas se passando pelo sindicato.

GDF conclui pagamento do reajuste de 18% para servidores

O Governo do Distrito Federal (GDF) concluiu o pagamento do reajuste salarial linear de 18% para os servidores públicos distritais. A correção foi implementada de forma escalonada, em três parcelas anuais de 6%, distribuídas ao longo de 2023, 2024 e 2025.

Com o depósito da terceira e última parcela, o reajuste total de 18% concedido ao funcionalismo está agora integralmente incorporado aos salários. A medida beneficia aproximadamente 160 mil servidores, incluindo ativos, aposentados e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do DF — com exceção das forças de segurança (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar), que recebem via Fundo Constitucional do DF.

O pagamento da folha reajustada foi realizado em etapas. Os primeiros a receber, ainda na quarta-feira (30/7), foram os aposentados e pensionistas vinculados ao Iprev. Na sexta-feira (1), foi a vez dos servidores da área administrativa. Por fim, na segunda-feira (4/8), os proventos dos servidores da saúde e da educação estão sendo depositados com o novo valor.

Em 2022, o GDF finalizou o pagamento da terceira parce-



Daniel Izaías (de óculos) tomou posse no gabinete do governador Ibaneis Rocha

la do reajuste prometido originalmente em 2012, durante a gestão do ex-governador Agnelo Queiroz — que havia sido suspenso por questões orçamentárias e judiciais ao longo dos anos seguintes.

Após esse acerto, a atual gestão decidiu conceder um novo reajuste ao funcionalismo distrital. “Dia importante para todos nós e, principalmente, para os servidores do DF. Na gestão passada, honramos o pagamento da terceira parcela do reajuste e agora vamos conceder o aumento. A intenção é valorizar cada vez mais os servidores e valorizar

ainda mais os concursos públicos”, disse o governador durante evento de sanção da lei que autorizou o reajuste de 18%, no Palácio do Buriti, em 2022.

Novo titular

O Governo do Distrito Federal (GDF) tem um novo titular na Secretaria de Economia (Seec-DF). Servidor concursado da carreira de auditoria de controle interno, Daniel Izaías de Carvalho tomou posse na manhã de segunda-feira (4), no gabinete do governador Ibaneis Rocha, no Palácio do Buriti.

O ato simbólico contou com a presença do ex-secre-

Investidas

Essas investidas ocorrem basicamente de duas formas: uma, por escritórios e associações que se valem dos títulos judiciais/decisões favoráveis obtidos pelos advogados do SindiReceita, por meio de pessoas que se passam pelos advogados do sindicato.

As investidas levaram o SindiReceita a notificar, extrajudicialmente, uma associação para que ela se abstenha de abordar os filiados para ofertar ações que são do próprio SindiReceita, praticando publicidade vedada pela Ordem dos Advogadosdo Brasil (OAB) e atos prejudiciais ao direito dos filiados, que são induzidos ao erro de acreditarem que os estelionatários são os patronos das ações. O SindiReceita já propôs, inclusive, ação judicial, que tramita perante o TJDF, buscando coibir essa prática.

Falsas notícias

Outra investida são as abordagens de criminosos que utilizam indevidamente os nomes reais dos advogados do processo, com falsas notícias de pagamentos de precatórios e a solicitando pagamentos prévios de supostos “alvarás” ou de “custas”, para falsamente condicionarem a liberação dos valores. Não existem tais exigências, adverte o sindicato.

Agência Brasília